

PREFÁCIO

A adoção da Agenda 21 na Conferência do Rio em 1992 foi o resultado do esforço de governos, organizações não-governamentais e cientistas de várias especialidades, preocupados com os rumos de um desenvolvimento com características predatórias em relação à preservação do meio ambiente.

O que se tentou formular com a Agenda 21 foi um modelo de desenvolvimento sustentável que incorporasse, mesmo nos estágios iniciais do desenvolvimento, tecnologias e procedimentos que permitissem prevenir e evitar danos ao meio ambiente e exaustão de recursos naturais que resultaram em condições de vida inaceitáveis a grande parte da humanidade no fim do século 20.

Este relatório tenta resumir as mudanças que ocorreram no Estado de São Paulo em decorrência da adoção da Agenda 21 como instrumento norteador das políticas governamentais e, em particular, do governo paulista.

Há progressos em várias áreas, mas fica claro o imenso trabalho ainda a realizar. Os resultados são, contudo, encorajadores e devem servir de estímulo àqueles que vêem o desenvolvimento como um objetivo a atingir, de uma forma que atenda as necessidades da atual geração sem prejudicar as necessidades e aspirações das gerações futuras.

Agradeço ao Dr. Fernando Rei, diretor de Transferência de Tecnologia e à equipe que colaborou com ele na preparação deste trabalho.

JOSÉ GOLDEMBERG
Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo

INTRODUÇÃO

Em 1992 o Rio de Janeiro foi sede da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED). Esse evento histórico tinha o objetivo de introduzir mudanças no modelo de desenvolvimento do século 21 e representou também um momento histórico do apoio público e político para os objetivos interligados de desenvolvimento, erradicação da pobreza e proteção do meio ambiente. Um de seus principais produtos foi a Agenda 21, acordo internacional a ser seguido no novo século por todos os países signatários.

Apesar dos esforços locais e regionais, e dos avanços legais, institucionais e do cumprimento de acordos no âmbito internacional, na verdade ainda há muito por fazer para responder à efetiva situação ambiental e social do planeta, de exaustão de recursos naturais, de conflitos e desigualdades socioeconômicas. E, nesse cenário, o Estado de São Paulo não é exceção.

Nos dez anos da Rio-92, verifica-se a formação de consenso internacional sobre a necessidade de avaliar e redirecionar as estratégias para a implantação de políticas de desenvolvimento sustentável, principalmente o envolvimento de governos regionais na formulação e prática dessas políticas.

As quatro sessões de reuniões preparatórias (*PrepCon*) para a Cúpula da Terra de 2002, realizadas nos níveis local, nacional, regional e global envolveram os agentes responsáveis, públicos ou da sociedade civil, na realização dos compromissos da Agenda 21. O Estado de São Paulo, presente nas III e IV sessões, em Nova Iorque e em Bali, deseja mais do que colaborar e participar da delegação brasileira.

Por suas características econômicas e sociais e pela complexidade de suas questões ambientais, o Estado de São Paulo apresenta como contribuição à Conferência Mundial de Joanesburgo, a partir das orientações da Agenda 21, o relatório “Agenda 21 em São Paulo”, documento informativo da situação ambiental do Estado, 3º PIB da América Latina.

O Secretário de Estado do Meio Ambiente, professor José Goldemberg, criou um grupo de trabalho para apresentar o relatório “Agenda 21 em São Paulo” sobre a situação do Estado no cumprimento dos princípios da Agenda 21. Nele se identificam as ações realizadas nos últimos dez anos que podem servir de expoente e referência a outros governos, sobretudo regionais e estruturas federativas, na criação de políticas de desenvolvimento sustentável.

Um diagnóstico amplo, ainda que incompleto, compara a situação atual do Estado de São Paulo à do início da última década. Cada capítulo

encerra uma contribuição paulista para o debate internacional. Os destaques (*highlights*) possibilitam fácil assimilação e discussão junto a outros governos regionais de temas importantes e comuns que refletem as grandes questões e problemas do Estado, em particular de suas regiões metropolitanas. E, seguramente, nesse âmbito, há o que aprender e ensinar.

O levantamento e a seleção das informações para o relatório “Agenda 21 em São Paulo” contou com a colaboração de especialistas da Agência Ambiental do Estado – CETESB e da Secretaria do Meio Ambiente – SMA. O resultado desse esforço comprova a competência e o profissionalismo do Sistema Estadual de Meio Ambiente, apesar das dificuldades operacionais e financeiras que enfrenta.

É, pois, com satisfação, que apresentamos o relatório “Agenda 21 em São Paulo”. Esse documento, mais do que um trabalho concluído, consolida a participação internacional do Estado de São Paulo em fóruns globais e serve para a formulação de programas permanentes de governo. É mais uma contribuição da Secretaria do Meio Ambiente e da CETESB para o desenvolvimento de ações que visem a inserção efetiva do Estado de São Paulo na agenda internacional do desenvolvimento sustentável.

FERNANDO REI
Coordenador do Grupo de Trabalho